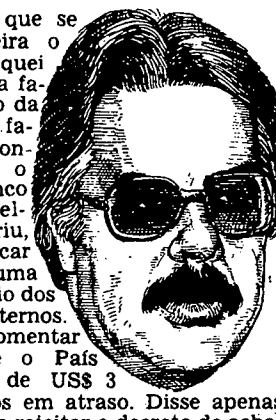
Dívida: acordo com os bancos esta semana?

Pastore acha que na quinta-feira, quando se reunirá com nossos credores em Nova York, pode sair o acordo da segunda fase da renegociação da dívida.



É "provável" que se conclua quinta-feira o acordo com os banqueiros sobre a segunda fase de renegociação da dívida externa. Ao fazer esta afirmação ontem em Brasília, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, preferiu, porém, não arriscar previsões sobre uma data para o reinício dos empréstimos externos. Tampouco quis comentar a notícia de que o País já acumula mais de US$ 3 bilhões em débitos em atraso. Disse apenas que, se o Congresso rejeitar o decreto de achatamento salarial, "o governo terá que descobrir um outro esquema para resolver a questão".

O presidente do Banco Central espera chegar a Washington, no próximo sábado, para as reuniões preparatórias da assembléia anual do FMI, com as negociações encerradas junto aos bancos integrantes do comitê de assessoramento. Para que a reunião de quinta-feira do comitê seja decisiva, desde o encontro anterior, da última sexta-feira, o Banco Central vem promovendo "uma série de ajustamentos e esses dados ajustados serão levados de volta aos banqueiros" para o acerto final.

"Uma coisa incerta"

Horas antes, Pastore não manifestou o mesmo otimismo, ao deixar o Ministério da Fazenda, após participar, juntamente com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de almoço com o presidente do Banco de Montreal, William Mulholland: "Filho, é uma coisa que está incerta", respondeu o presidente do Banco Central, ao ser indagado sobre a possibilidade do ingresso de recursos novos, ainda este mês. Negou-se também a comentar a informação, publicada na edição de ontem do jornal **Gazeta Mercantil**, de que o volume de compromissos externos em atraso do País subiu para US$ 3 bilhões: "Esta informação é do jornal e não do Banco Central. A informação do Banco Central está no Banco Central e não tenho nada a dizer".

Apesar de prever a conclusão do acordo com o comitê de assessoramento, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central aproveitarão os sete dias em Washington para, ao longo das reuniões do FMI, "continuar discutindo e negociando". Até o início da noite de ontem, Pastore ainda não obtivera do chefe da Assessoria Internacional da Secretaria do Planejamento, José Botafogo Gonçalves, informações sobre os resultados da viagem do assessor da Seplan, também na semana passada, à França para renegociar a dívida de US$ 7 bilhões de governo a governo com o Clube de Paris.

No almoço com o presidente do Banco de Montreal (um dos bancos integrantes do comitê de assessoramento), houve apenas troca de impressões, sem a cobrança de qualquer atitude ao banqueiro canadense. Em Caracas, o chefe do Departamento de Organizações Internacionais do Banco Central, Jayr Dezolt, participa hoje e amanhã dos debates, a nível de presidentes e técnicos de bancos centrais, sobre as teses da América Latina a serem levadas à assembléia anual conjunta do FMI — Banco Mundial.

No caso particular da terceira Carta de Intenção, levada por Pastore a Nova York, na última sexta-feira, o presidente do Banco Central disse que nem a eventual rejeição do Decreto-Lei nº 2045 que limita em 80% do índice nacional dos preços ao consumidor os reajustes salariais) prejudicará a sua aprovação pela diretoria do Fundo.

— O Decreto-Lei nº 2045 não é uma condicionalidade do FMI e sim um item do programa brasileiro de estabilização. É um problema interno e não imposição do FMI. Se ocorrer uma eventual rejeição do decreto-lei, o governo terá apenas que descobrir um outro esquema interno para resolver essa questão. No fundo, a aprovação do decreto-lei é fundamental para o próprio programa interno de estabilização de sua economia — reiterou Pastore.

Juros

Ontem, o presidente do Banco Central decidiu "postergar" para outubro as medidas concretas para a redução dos juros, até mesmo com a possível revisão do nível do tabelamento em vigor. Amanhã, toda a diretoria do Banco Central almoçará, em São Paulo, com banqueiros de todo o País, a convite da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

Até o final do mês, Pastore terá as preocupações voltadas para o acerto final com os credores externos. Por isso, no almoço de amanhã, o presidente do Banco Central pretende apenas "ouvir" os banqueiros, sem anunciar nenhuma mudança na política monetária e creditícia. Mas assegurou que o Banco Central "já está pensando no que fazer" com o tabelamento, dentro da revisão trimestral dos níveis dos juros tabelados.

Hoje, às 17 horas, o presidente do Banco Central manterá novos contatos com dirigentes de instituições financeiras ao participar, em Brasília, da solenidade de posse dos 13 novos representantes do setor privado na Comissão Consultiva Bancária, do Conselho Monetário Nacional, presidida pelo presidente da Associação das Distribuidoras de Valores de São Paulo, Ney Castro Alves.

Dívida "sob controle"

O Banco Central reiterou ontem a intenção de evitar mudanças bruscas em suas operações de **Open**, ao manter a taxa do **Overnight** tabelada em 12,4% ao mês. O Banco Central só pretende prosseguir na substituição "razoável" de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com cláusula cambial, por letras do Tesouro Nacional.

Embora sem revelar a posição atual da dívida pública interna, o Banco Central assegura que o endividamento do Tesouro está "sob controle", ao ressaltar que, mesmo com resgate líquido de papéis no total de Cr$ 1,3 trilhão, os cortes nos gastos públicos permitirão conter em 90% a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) ainda este ano. O Banco Central também negou qualquer anormalidade no fechamento de posições em títulos públicos, ontem, através do Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).